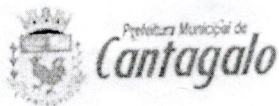


para casa, via internet, foi informada a base legal para  
responder essa ação: Educação Infantil - LDB 9394/96 - Art. 32  
em seu parágrafo 4º em que cita o ensino a distância em si-  
tuações emergenciais apenas para o Ensino Fundamental; De-  
creto 9.057/2017 da Presidência da República; Ensino Funda-  
mental - CF Art. 205; LDB - Art. 3º inciso I; Art. 32 parágrafo  
1º do PNE ("visa universalizar e ampliar o direito à educa-  
ção, desde a Educação Infantil à Universidade"). Após a  
leitura e entendimento, a palavra foi aberta a todos, no en-  
tanto ninguém mais se manifestou. A Secretária, Carla fina-  
lizou destacando que a Secretaria, está à disposição, con-  
tinuaria se reunindo, discutindo, assistindo a videoconferên-  
cias e pronta a orientá-los de acordo com o andamento  
da situação. Nada mais havendo a tratar deu por encerra-  
da a presente ata que vai assinada por mim e pelos de-  
mais presentes. Pontopolo, 04 de abril de 2020. Edila C. Corty  
Dutra, Carla de Salina Guimarães Abreu, Tônia C. Bacalhães,  
Katharine Mendes, Jéssiane Quindelen Pereira, Maria da  
Penha Costa Gomes, Emanuella da Fonseca Varoncelos, Alan Cabral  
Christiani, Jéssiane Gomes dos Santos, Selma de Cássia Diniz de  
Sousa, Jéssiane Bratti Vellu, Andréa Pereira, Jéssiane da S.C. Pereira,  
Andréa Beal de Aguiar Leinhos, Angélica das Graças Souza  
Vieira, Marciméia D. de Andrade, Izabela Aparecida  
Teixeira da Cruz, Lívia Elaine Sanchez Santos.

Por treze dias do mês de abril de dois mil e vinte às  
10h (dez horas), no auditório da SMEC, reuniram-se a Se-  
cretaria de Educação professora Carla de Salina Guimarães Abreu,  
a equipe das supervisoras de nutrição, representantes de Bon-  
ito de Alimentação Escolar (CAE), Jéssiane Acaçó, representante dos  
pais, Daniela Vieira Pacheco, representante da Comissão de Civil  
Sindicato Rural), e eu Lívia Elaine Sanchez Santos, responsável por  
o registro, a fim de tratar das questões referentes aos gêneros  
alimentícios, no que diz o art 1º A Lei nº 11.947 de 16 de junho







Contabilidade Cantagalo &lt;contabilidade@cantagalo.rj.gov.br&gt;

## Recibo de Prestação de Contas

1 mensagem

**Rosy Paula Coelho Paula Coelho do Couto** <rosypcc@hotmail.com>  
Para: "contabilidade@cantagalo.rj.gov.br" <contabilidade@cantagalo.rj.gov.br>

24 de junho de 2020 12:55

Boa tarde Edson!

Segue o Recibo da Prestação de Contas do PNAE do Município e a Resolução prorrogando as prestações e parecer conclusivo do Conselho de Alimentação - CAE. O sistema para o Presidente do CAE realizar o parecer permanece fechado.


Qualquer dúvida estou à disposição!


Rosy

(22) 981180940

---

### 2 anexos

 **Recibo PNAE.pdf**  
15K

 **RESOLUO N 07 DE 08 DE MAIO DE 2020.pdf**  
484K





## Contas Online

SIGPC - Sistema de Gestão de Prestação de Contas

## Identificação da Transferência

Programa:	PROG.NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	Tipo de Concessão:	REPASSE	Transferência:	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / 2019
Entidade:	PREF MUN DE CANTAGALO	CNPJ:	28.645.794/0001-60	Vigência:	01/01/2019 - 31/12/2019
Município:	CANTAGALO-RJ	Situação:	Adimplente	Prazo para PC:	--

Prestação de contas enviada e registrada na base de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para análise posterior.

Enviado por: JOAQUIM AUGUSTO CARVALHO DE PAULA

Cargo: PREFEITO(A)

Data do Envio: 15/04/2020 23:57



d75993e917e98306b118e452dfeadf7

Nota: A autenticidade deste documento poderá ser certificada por meio do seguinte endereço eletrônico na internet:

[www.fnede.gov.br](http://www.fnede.gov.br), na aba "Prestação de Contas", link "Autenticação de Documentos".

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO DELIBERATIVO**

**RESOLUÇÃO Nº 07, DE 08 DE MAIO DE 2020**

Dispõe sobre a prorrogação dos prazos para o envio das prestações de contas de Programas e Ações Educacionais executadas ao FNDE em virtude da situação de calamidade pública para enfrentamento da pandemia da COVID – 19 e dá outras providências.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:**

Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;  
Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;  
Medida Provisória nº 815, de 24 de dezembro de 2017;  
Decreto nº 6, de 20 de março de 2020;  
Resolução CD/FNDE nº 2, de 18 de janeiro de 2012;  
Resolução CD/FNDE nº 14, de 8 de junho de 2012;  
Resolução CD/FNDE nº 7, de 20 de março de 2013;  
Resolução CD/FNDE nº 8, de 20 de março de 2013;  
Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de maio de 2013;  
Resolução CD/FNDE nº 16, de 16 de maio de 2013;  
Resolução CD/FNDE nº 24, de 14 de junho de 2013;  
Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013;  
Resolução CD/FNDE nº 22, de 13 de outubro de 2014;  
Resolução CD/FNDE nº 5, de 28 de maio de 2015;  
Resolução CD/FNDE nº 5, de 31 de março de 2017;  
Resolução CD/FNDE nº 13, de 21 de setembro de 2017;  
Resolução CD/FNDE nº 16, de 7 de dezembro de 2017;  
Resolução CD/FNDE nº 11, de 18 de maio de 2018;  
Resolução CD/FNDE nº 12, de 6 de junho de 2018;  
Resolução CD/FNDE nº 26, de 24 de dezembro de 2018;  
Resolução CD/FNDE nº 5, de 28 de maio de 2015;  
Resolução CD/FNDE nº 11, de 18 de maio de 2018;  
Resolução CD/FNDE nº 12, de 6 de junho de 2018;  
Resolução CD/FNDE nº 26, de 24 de dezembro de 2018.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14 do Anexo I do Decreto nº 9.007, de 20 de março de 2017, e os arts. 3º e 6º do Anexo da Resolução nº 31, de 30 de setembro de 2003, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – CDFNDE, e **CONSIDERANDO** a situação de

calamidade pública no Brasil, frente à pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), conforme Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar os prazos para envio ao FNDE – por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC – Contas Online) –, das prestações de contas dos seguintes Programas e Ações Educacionais relativas à competência de 2019:

- I - Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- II - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE);
- III - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE);
- IV - Programa de Apoio a Novas Turmas de Educação Infantil;
- V - Programa de Apoio a Novos Estabelecimentos de Educação Infantil;
- VI - Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI);
- VII - Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (Peja);
- VIII - Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Campo – Saberes da Terra);
- IX - Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec);
- X - Recursos de que trata a Resolução CD/FNDE nº 11, de 18 de maio de 2018, executados pelas Entidades Executoras.

§ 1º A prorrogação prevista no inciso X do caput abrange também os recursos da competência do exercício de 2018.

§ 2º O novo prazo limite para o envio das prestações de contas dos Programas a que se referem o caput e o parágrafo primeiro será de 60 (sessenta) dias após o término da vigência do decreto federal que reconhece o estado de calamidade pública no país.

Art. 2º Prorrogar o prazo para os Conselhos de Alimentação Escolar e Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB enviarem – por meio do Sistema de Gestão de Conselhos (SIGECON) – os seus Pareceres sobre as prestações de contas ao FNDE.

Parágrafo Único. O novo limite prazo para o envio dos pareceres dos Conselhos Sociais a que se refere o caput será de 60 (sessenta) dias após a conclusão do prazo para o envio das prestações de contas.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS**